

Senhor Director-Geral

Senhor Secretário Executivo da COI

Senhores Ministros, Excelências,

Caros colegas,

É para mim uma grande honra participar nesta Mesa Redonda dedicada à contribuição da UNESCO para uma governação responsável dos Oceanos.

O Mar e o Oceano fizeram sempre parte do meu universo, cidadão de um país de marinheiros cuja história está intimamente ligada aos grandes espaços marítimos. Considerei sempre estes espaços como favoráveis à aceitação do outro, ao diálogo, à solidariedade e à coexistência entre culturas e civilizações.

Neste início do terceiro milénio, marcado pela globalização, coloca-se um enorme desafio: a salvaguarda do Planeta, que, em última análise, está directamente dependente do estado de saúde do Oceano.

Estou grato à UNESCO, organização responsável pela promoção da Educação, Ciência e Cultura, por ter organizado esta reunião. Foi com plena consciência da importância do Oceano que, com base no parecer de eminentes personalidades da comunidade científica, a UNESCO criou, em 1960, uma Comissão Oceanográfica Intergovernamental dotada de autonomia funcional e mandato para actuar como organismo especializado conjunto do Sistema das Nações Unidas. Presto homenagem à clarividência dos pais fundadores que, deste modo, abriram caminho à estreita colaboração entre a UNESCO e organizações especializadas directamente interessadas e a COI no quadro do acordo ICSPRO (Comité Interinstitucional de programas Científicos relacionados com a Oceanografia).

Embora tenha, desde sempre, sido sensível ao papel dos mares e do oceano foi há doze anos, quando aceitei presidir a Comissão Mundial Independente para os Oceanos (CMIO) que me apercebi da sua importância primordial para o futuro da humanidade.

Um dos objectivos prioritários da CMIO foi sensibilizar a opinião pública mundial para a importância da conservação do Oceano, da sua gestão racional e uso pacífico, bem como mobilizar todas as partes responsáveis no âmbito dos respectivos mandatos, com vista a preparar recomendações para o desenvolvimento sustentável dos espaços marinhos.

No encontro que organizei em Lisboa em finais de 2008, dez anos após a publicação do Relatório da CMIO, tentámos avaliar os progressos alcançados. Constatámos que nalguns domínios se verificou uma tomada de consciência da importância do Oceano como é o caso das alterações climáticas assim como do papel crucial das instituições internacionais. Notamos, porém, que, embora se verifique uma melhor compreensão por parte dos governos, a vontade política não corresponde por vezes às ambições que proclamam.

Na reunião de Lisboa de 2008 ("Ocean Governance XXI") os participantes sublinharam que um bom conhecimento científico do Oceano e do meio marinho, bem como das suas interacções com as actividades humanas constitui o pilar das medidas de gestão. Examinando os requisitos de uma governação responsável, foi posta em evidência a carência de medidas integradas bem como a fragilidade do quadro institucional devido à sua fragmentação e, em muitos casos, a mandatos institucionais obsoletos ou inadequados.

Desejo sublinhar que, no entanto, qualquer recomendação depende, para se tornar efectiva, da sua aceitação social. É a tomada de consciência da importância da conservação dos Mares e do Oceano e da necessidade da sua gestão racional que é essencial promover a todos os níveis. Trata-se de uma alteração profunda da cultura e atitude das populações e, também, dos governantes. Torna-se necessário promover um sentido de solidariedade e, em particular, mobilizar todas as partes interessadas. É sobretudo imperativo reforçar a participação da sociedade civil, na diversidade dos seus grupos de interesse, bem como a dos grandes parceiros económicos no processo de decisão. De facto, na ausência de pressão social, os governos serão sempre reticentes a tomar decisões difíceis, embora necessárias.

Não nos esqueçamos que “Falar do futuro do Oceano é falar do futuro da Humanidade”.

É lamentável constatar que na grande maioria dos países, o conceito de “política marítima integrada” tem ainda dificuldade em afirmar-se. A estratégia marinha e a política marítima da União Europeia constituem, a meu ver, um passo na boa direcção.

A prática seguida pela Assembleia-Geral das Nações Unidas na última década ilustra esta tendência para uma maior coerência no tratamento dos Assuntos do Mar. Neste contexto, o Processo Consultivo Informal, lançado em 1999, se não foi ao encontro de todas as expectativas, constituiu, não obstante, um avanço significativo para uma governação mais eficaz do Oceano. Cabe-nos prosseguir nesse sentido.

Do mesmo modo, a decisão da Assembleia-Geral das Nações Unidas de lançar a fase inicial de um mecanismo de notificação e de avaliação sistemática à escala mundial do estado do meio marinho abrangendo os aspectos socioeconómicos representa um passo decisivo. Sob a égide do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO, um grupo de peritos altamente qualificados apresentou, este Verão, o seu Relatório final. Este relatório foi analisado, em Setembro, por um grupo especial de trabalho e as suas recomendações foram apreciadas pela Assembleia-Geral actualmente em curso. De notar que nestas é claramente reconhecido que se deve estabelecer logo que possível “um processo regular de avaliação sistemática à escala mundial” com vista à adopção de bases comuns que permitam uma apreciação das tendências futuras.

O Oceano, bem comum da Humanidade, oferece um campo de acção privilegiado para o estabelecimento de novas acções alicerçadas no sentido de justiça e do interesse mútuo bem como numa verdadeira solidariedade entre todos os Estados e Povos. Neste contexto, não podemos ignorar as ameaças de tsunamis e das alterações climáticas que poderão provocar uma subida do nível do mar com consequências dramáticas em particular para as regiões litorais.

Senhor Director-Geral,

Excelências,

Caros colegas,

Em jeito de conclusão permito-me partilhar convosco algumas reflexões derivadas da minha longa participação nos assuntos públicos e do meu interesse pela problemática marítima.

A COI foi criada há 50 anos num contexto profundamente diferente do actual e, graças à visão dos seus fundadores e à acção dos Estados membros, foi capaz de responder de forma responsável aos problemas emergentes apesar de todas as dificuldades de ordem administrativa e material com as quais se tem confrontado. É tempo de se repensar, com a mesma criatividade dos seus fundadores, qual o seu futuro e relações com a casa-mãe revisitando o acordo ICSPRO com vista a pôr em prática um mecanismo renovado de cooperação internacional para o estudo e observação do Oceano.

Importa clarificar e reforçar o papel central da COI quer ao nível dos serviços aos Estados Membros da Comissão - e, em particular, dos que têm necessidade de desenvolver capacidades endógenas -, quer ao nível das Agências e Programas das Nações Unidas com responsabilidades em Assuntos de Mar. Um tal «aggiornamento» da COI e da sua relação com a Unesco será uma forma de responder à urgência, entre outras prioridades, dos graves problemas causados pelas alterações climáticas. Do mesmo modo, permitiria uma contribuição acrescida para o estudo e avaliação do estado do meio marinho, objectivo do “mecanismo de notificação e avaliação” a que fiz anteriormente referência.

Finalmente, esta renovação institucional vai ao encontro do calendário da Comissão do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas que examinará, em 2014, os Assuntos do Oceano. Esta data corresponde ao 20º aniversário da entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e deverá marcar a reactivação da mobilização dos Estados em prol de uma governação responsável do Oceano.

Ouso esperar que os resultados das Mesas Redondas permitam transmitir à Conferência Geral da UNESCO e aos organismos directivos da COI elementos de reflexão que conduzam à adopção de medidas apropriadas com vista à promoção da evolução institucional requerida para uma gestão eficaz do Oceano apoiada numa base científica reforçada. Este é o objectivo que aqui nos reúne, no qual

estamos todos profundamente empenhados e que, certamente, beneficiará das nossas experiências individuais, valorizadas pela sua diversidade.

Agradeço a Vossa atenção.

PARIS, UNESCO, 12 DE OUTUBRO DE 2009